



Pregão Eletrônico 056/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIOS PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA CASAN.

Parecer de Julgamento de Recurso Administrativo

Às empresas

DIGICRON ANALITICA LTDA;
DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA;
FLOPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI;
HEXIS CIENTÍFICA S/A;
INDÚSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA;
LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA;
MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP
E a todos os demais interessados.

A) QUESTÕES PRELIMINARES E SÍNTESE DOS RECURSOS

Os recursos são tempestivos e recebidos dentro do prazo legal, razão pela qual se entende que há obrigatoriedade no conhecimento das insurgências.

Segue a relação das licitantes impetrantes, impetradas e interessada:

Impetrantes:

1. DIGICRON ANALITICA LTDA – Lotes 1, 2, 3, 4 e 5;
2. DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA – Lote 5;
3. FLOPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – Lote 5 e 6;
4. HEXIS CIENTÍFICA S/A – Lotes 1 e 2 ;

Impetrados:

5. INDÚSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA – Lote 3;
6. LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – Lotes 1, 2, 4 e 5;

Interessado:

7. MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP – Lote 6;

Segue relação das empresas declaradas **VENCEDORAS** dos lotes do pregão:

LOTE 1 (Turbidímetro Microprocessado): LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 2 (Fluorímetro Microprocessado): LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 3 (Phmetro Portatil): INDUSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA;

LOTE 4 (Colorímetro - Cloro): LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 5 (Colorímetro - Cor): LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 6 (Jart Test): MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP.

SÍNTESE DOS RECURSOS E CONTRA-RAZÕES

4



Pregão Eletrônico 056/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIOS PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA CASAN.

Parecer de Julgamento de Recurso Administrativo

Às empresas

DIGICRON ANALITICA LTDA;
DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA;
FLOPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI;
HEXIS CIENTÍFICA S/A;
INDÚSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRÔNICA GEHAKA LTDA;
LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA;
MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP
E a todos os demais interessados.

A) QUESTÕES PRELIMINARES E SÍNTESE DOS RECURSOS

Os recursos são tempestivos e recebidos dentro do prazo legal, razão pela qual se entende que há obrigatoriedade no conhecimento das insurgências.

Segue a relação das licitantes impetrantes, impetradas e interessada:

Impetrantes:

1. DIGICRON ANALITICA LTDA – Lotes 1, 2, 3, 4 e 5;
2. DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA – Lote 5;
3. FLOPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – Lote 5 e 6;
4. HEXIS CIENTÍFICA S/A – Lotes 1 e 2 ;

Impetrados:

5. INDÚSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA – Lote 3;
6. LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – Lotes 1, 2, 4 e 5;

Interessado:

7. MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP – Lote 6;

Segue relação das empresas declaradas **VENCEDORAS** dos lotes do pregão:

LOTE 1 (Turbidímetro Microprocessado): LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 2 (Fluorímetro Microprocessado): LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 3 (Phmetro Portatil): INDUSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA;

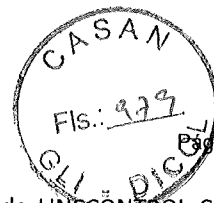
LOTE 4 (Colorímetro - Cloro): LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 5 (Colorímetro - Cor): LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 6 (Jart Test): MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP.

SÍNTESE DOS RECURSOS E CONTRA-RAZÕES

4



1. **A DIGICRON ANALITICA LTDA** impetrou recurso contra a declaração de vencedora da LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA nos lotes **1, 2, 4 e 5**. Em suma afirma que a licitante vencedora não ofertou equipamento que atende as especificações mínimas do Edital e que a mesma foi **suspensa** de licitar e contratar com a Administração – especificamente o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Jaraguá do Sul – Solicita desclassificação da LINECONTROL. Junta documentos comprovando a punição da vencedora. As questões técnicas foram remetidas para análise técnica da CASAN.

A DIGICRON ANALITICA LTDA Impetrou recurso contra a declaração de vencedora da INDUSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA no lote **3**. Afirma que vencedora do lote não atende na totalidade as especificações solicitadas. Requer que seja reformada a decisão de declarar a vencedora do certame. As questões técnicas foram remetidas para análise técnica da CASAN.

2. **A DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA** solicita que seja revista sua desclassificação/inabilitação no lote **5**. Afirma que o catálogo apresentado inicialmente era meramente ilustrativo e que o equipamento ofertado atende às especificações do Edital. As questões técnicas foram remetidas para análise técnica da CASAN.

3. **A FLOPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI** solicita revisão da sua desclassificação (que ocorreu antes da fase de lances) nos lotes **5 e 6**. Em resumo informa que o Pregoeiro deixou de observar informações inseridas pela licitante no campo “OBSERVAÇÕES ADICIONAIS” – especificamente indicação do MODELO – e assim “a desclassificação é medida que merece ser revertida”. Os termos técnicos foram remetidos para análise técnica da CASAN.

4. **A HEXIS CIENTÍFICA S/A** impetrou recurso contra a declaração de vencedora da LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA nos lotes **1 e 2**. Em suma afirma que a licitante vencedora não ofertou equipamento que atende as especificações mínimas do Edital e que a mesma foi **suspensa** de licitar e contratar com a Administração – especificamente o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Jaraguá do Sul – Solicita desclassificação da LINECONTROL. Junta documentos comprovando a punição da vencedora. As questões técnicas foram remetidas para análise técnica da CASAN.

5. **A INDÚSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA** não apresentou Contra-Razões. A Área técnica da CASAN fez diligências (conforme preconiza a lei geral de licitações - Lei 8.666/93 Artigo 43 - § 3o) para verificar as afirmações da DIGICRON para o lote **3**.

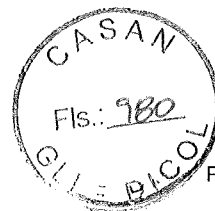
6. **A LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** apresentou contra-razões e requer a total improcedência dos recursos interpostos. Em relação às questões técnicas para os lotes **1, 2, 4 e 5** apontadas pelas empresas DIGICRON e HEXIS afirma que as “Recorrentes apontam simplesmente inverdades, que não merecem guarida”. As questões técnicas foram remetidas para análise técnica da CASAN.

Quanto à suspensão que lhe foi imputada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Jaraguá do Sul a licitante LINECONTROL reconhece que existe tal decisão. Entretanto, sustenta “que ainda exista de fato tal decisão [...] não atinge toda e qualquer licitação em qualquer Ente Federativo”. A suspensão da LINECONTROL será exaustivamente debatida na análise do mérito dos recursos administrativos a fim de preservar a Administração e resguardar o devido direito de todos os envolvidos no procedimento licitatório em tela.

Com relação ao recurso da FLOPTECH nos lotes **5 e 6** a LINECONTROL concorda que a “desclassificação [da FLOPTECH] está correta e fundamentada, devendo ser mantida”. Converte também com o motivo da desclassificação da DIMALAB no lote **5**.

Portanto, solicita pela improcedência em todos os recursos impetrados (pelas recorrentes DIGICRON, DIMALAB, FLOPTECH e HEXIS) para os lotes que se sagrou vencedora - lotes **1, 2, 4 e 5**.

7. **A MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP** sagrou-se vencedora do lote **6**. A licitante não apresentou contra-razões sobre o recurso da desclassificação da FLOPTECH para o Lote **6**.



B) ANÁLISE DO MÉRITO

Inicialmente, importante destacar que a presente licitação, processada na modalidade de Pregão Presencial, atendeu às disposições constitucionais e às exigências previstas em leis que sejam eficazes para assegurar a boa execução contratual.

Cumprir registrar, antes de adentrar aos tópicos aventados pelas recorrentes, que todas as questões técnicas foram devidamente apreciadas pela área técnica e o parecer encontra-se anexo a esta resposta de recurso. Os recursos foram analisados segundo **O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Isonomia, Impessoalidade, Moralidade**, bem como os demais princípios que direcionam a Administração Pública.

B.1) Questões Técnicas

O Edital apresenta em seu bojo especificações técnicas mínimas a serem atendidas (Termo de Referência – Anexo V). Os recursos e as questões de ordem técnica foram encaminhadas à área técnica que se manifestou e o parecer encontra-se em anexo, sendo assim, a área técnica avaliou:

DIGICRON ANALITICA LTDA – Lotes 1, 2, 3, 4 e 5 – Conforme parecer (em anexo) a área técnica da CASAN refuta todas as alegações técnicas da recorrente para os **lotes 1, 2, 3, 4**. Não foi analisado o as alegações do **lote 5** porque a área técnica entende que o mesmo deve ser cancelado (a questão do lote 5 será analisada mais adiante no item da FLOPTECH).

DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA – Lote 5 – As alegações da recorrente tratam-se do envio de documentos.

A própria licitante em seu recurso **confirma** “que o catálogo que foi apresentado era meramente ilustrativo”

Ora, a licitação (em todas as modalidades) deve ser atendida as formalidades mínimas conforme preconiza a lei geral de licitações (8.666/93, Artigo 4, Parágrafo único). Um licitante que envia uma proposta e os próprios documentos técnicos, exigidos em Edital, “**meramente ilustrativos**” fere diversos princípios das compras públicas e desclassificação **foi lícita, devida e indiscutível**. O licitante deve rever seus procedimentos para participar de licitações da forma adequada e enviar os documentos corretos exigidos em Edital.

A área técnica também refuta as argumentações da **DIMALAB**.

FLOPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – Lote 5 e 6 – Quanto ao **Lote 5** a área técnica concorda com as alegações da **FLOPTECH**, entretanto, não concorda com as alegações para o **Lote 6**.

Antes da fase de lances a **FLOPTECH** foi desclassificada pelo seguinte motivo nos **lotes 5 e 6**:

Observação: Fornecedor não atendeu, plenamente o item 6.3 do Edital, ao não postar o modelo do produto ofertado.

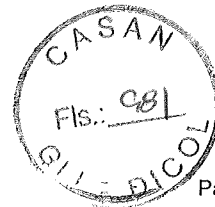
O Item 6.3 do Edital Exige:

6.3. Para o correto envio de sua proposta o licitante deverá informar no campo “OBSERVAÇÕES ADICIONAIS”, ou em arquivo anexo ao sistema, sob pena de desclassificação (para aquele que não fornecer o dado solicitado), as seguintes informações sobre o material ofertado:

Lotes 01 ao 06:

a) INDICAÇÃO DO FABRICANTE (OU MARCA) E MODELO, POR ÍTEM.

A **FLOPTECH** postou em “informações adicionais” (no sistema licitações-e) o seguinte:



Informações adicionais (do sistema licitações-e postada pela FLOPTECH)

LOTE 5 - Informações adicionais

Colorímetro - **Medidor de Cor Aparente IIP C/ Memória Marca ALFAKIT Fabricante ALFAKIT** Equipamentos para Análise de Cor Digital, destinado a medição de Cor em Água bruta e tratada. ? Metodologia Tristímulus. Deve vir acompanhado de: - Maleta de Transporte em PP - 3 Cubetas pareadas. - 4 padrões de diferentes faixas. - Manual de Instruções em português - Eliminador de Baterias - Certificado de Calibração Especificações Técnicas Princípio Colorimétrico com filtro tristímulus - CIE - XYZ) Faixa de Medição 0 a 500 PtCo (UC) Resolução 0,1 / 1 PtCo Precisão $\pm 3\%$ + 1 Pt-Co Fonte de Luz Branca Cubeta (\varnothing A A) 25 x 60 mm Amostra mínima 10 mL Calibração Automática, Manual e Default Registro das Leituras Até 99 Memórias Alimentação Bateria de 9 VCC e/ou Eliminador de Bateria 220 VCA Grau de Proteção do Gabinete IP-67

Lote 6 - Informações adicionais

Jartest 6 provas - Para determinação de ensaios de floculação. Possui correia de silicone de alta durabilidade e velocidade variável. **Marca ALFAKIT Fabricante ALFAKIT** Especificações do Jartest: - Tensão 110/220V e potência de 100W - Pintura Epóxi / eletrostática - Velocidade variável de 30 ~ 150 rpm - Potenciômetro tipo rotativo - Acionamento motor BOSCH 12 volts, corrente contínua - Iluminação com lâmpada fluorescente (eletrônica) - Proteção Elétrica - fusível de vidro 1A - Garantia de 1 ano - Tecnologia 100 % Nacional.

Observa-se claramente que momento algum a licitante indica devidamente e de forma objetiva o **MODELO** ofertado. Indica apenas a **FABRICANTE (OU MARCA)** a assim não cumpre plenamente a exigência do item 6.3 alínea “a” do Edital. Portanto, a desclassificação foi lícita e devida e a Pregoeira seguiu devidamente o Instrumento Convocatório e os demais princípios que regem as compras públicas.

A **FLOPTECH** afirma em seu recurso que a

“desclassificação afigura-se como ato nitidamente ilegal [...] verifica-se o modelo do Colorímetro ofertado é **MEDIDOR DE COR APARENTE IIP C/ MEMÓRIA**, e o Jartest é **JARTEST 6 PROVAS** [...] portanto se o **MODELO** estava expresso nas informações adicionais como demonstrado a DESCLASSIFICAÇÃO é medida que merece ser REVERTIDA” (grifou-se)

Ora, o **MODELO** não estava expresso como afirma a recorrente. O que estava expresso era tão somente o **FABRICANTE (OU MARCA)**.

A própria **FLOPTECH** no momento de indicar o **FABRICANTE (OU MARCA)** menciona claramente a informação “Marca ALFAKIT Fabricante ALFAKIT”. Porém, no momento de indicar o **MODELO** NÃO INDICA CLARAMENTE nem de forma OBJETIVA. Basta observar as “informações adicionais” postadas no sistema licitações-e (conforme transcrito no início).

O julgamento deve ser **objetivo**. Ao lançar informações dúbias ou ambíguas a licitante fica sujeita a desclassificação.

Observa-se e compara-se a descrição do objeto (Anexo V – Termo de Referência) e as informações da **FLOPTECH** para os Lotes 5 e 6:

Edital – Termo de Referência - Anexo V

“2.5 - Aparelho de análise de cor aparente”

“2.6 Equipamento de Jar test 6 provas”

FLOPTECH - Informações adicionais

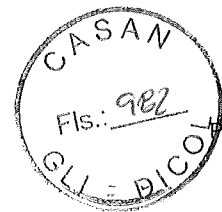
“Medidor de Cor Aparente IIP”

“Jartest 6 provas”

A **indicação** do **MODELO** não está clara, não está objetiva e principalmente **NÃO ESTÁ EXPRESSA** (conforme afirma a recorrente). Os licitantes que indicaram EXPRESSAMENTE o modelo participaram normalmente da sessão de disputa. Os que não indicaram não participaram.

Entretanto, a área técnica da CASAN se manifestou (conforme parecer técnico em anexo) e tem opinião **divergente para o Lote 5 e convergente para o Lote 6:**

- i) A Casan não atentou ao fato da empresa Floptech ter colocado o modelo do equipamento, desclassificando a empresa sem motivo;
- ii) Quanto ao item 6, a Casan entende que a simples colocação do nome do equipamento (Jar Test 6 provas) não faz referência a modelo do equipamento



O pregoeiro já tinha solicitado à área técnica manifestação previa sobre o assunto e recebeu a seguinte resposta:

Concordo com a desclassificação realizada pregoeiro [lote 6], pois não percebi na proposta o modelo do equipamento. Escrever "Jar-test 6 provas" não significa que esse é o modelo do equipamento. Reanalizando o caso do lote 05, o licitante coloca "Medidor de Cor Aparente IIP". e não apenas "Medidor de Cor Aparente", justamente por entender que o que designa o modelo são as informações adicionais (IIP)

Portanto, a área técnica entende que para o **Lote 5** indicação do MODELO se dá pela expressão "**IIP**" e assim a recorrente foi desclassificada indevidamente. Já para o **lote 6**, converge com o entendimento do Pregoeiro que não há indicação do MODELO.

Para o **Lote 6** é indiscutível que não há indicação de MOLDEO e a recorrente **FLOPTECH** permanece desclassificada.

Porém, temos de **concordar** que no **Lote 5**, ainda que não esteja **EXPRESSO**, o MODELO está indicado pela expressão "**IIP**" (conforme entendimento da área técnica) sendo a desclassificação da recorrente **indevida**. Como o sistema licitações-e não permite o retorno à fase de lances orienta-se pelo cancelamento (anulação) do Lote 5 e relançamento do objeto conforme solicitado pela área técnica.

HEXIS CIENTÍFICA S/A – Lotes 1 e 2; Conforme parecer (em anexo) a área técnica da CASAN **refuta** todas as alegações técnicas da recorrente para os **lotes 1 e 2**.

INDÚSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA – Lote 3; Conforme parecer (em anexo) a área técnica da CASAN **recepçiona** as respostas técnicas (feitas em diligência) da recorrida para o **Lote 3**. O e-mail com a diligência efetuada segue em anexo.

LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – Lotes 1, 2, 4 e 5; Conforme parecer (em anexo) a área técnica da CASAN **recepçiona** todas as contra-razões técnicas apresentadas da recorrida para os LOTES 1, 2 e 4. A área técnica não analisou o as contra-razões do **lote 5** porque entente que o mesmo deve ser cancelado (a questão do lote 5 foi analisada no item da FLOPTECH).

MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP – Lote 6 – A interessada não se manifestou. A questão do lote 6 foi analisada no item da FLOPTECH. O Lote permanece inalterado e a **MILAN** continua na condição de vencedora.

B.2) Questão da Suspensão à LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

As Recorrentes **DIGICRON ANALITICA LTDA** e **HEXIS CIENTÍFICA S/A** apresentaram recurso contra a declaração de vencedora da LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO e, além das questões técnicas, pedem a reforma da decisão em virtude da recorrida estar **suspensa** de licitar e contratar com a Administração – especificamente o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Jaraguá do Sul (SAMAE Jaraguá do Sul).

Apresentam em anexo documentos emitidos pela SAMAE de Jaraguá do Sul:

- Ofício 290/2014/Samae/DIR, de 18 de julho de 2014, assinado pelo Diretor Presidente.
- Mem. 359/2014/Samae/DT-CL, de 18 de julho de 2014, assinado pela Coordenadora dos Laboratórios.

- Manifestação Jurídica, de 29 de agosto de 2014, assinado pela Assessora Jurídica.
- Decisão Administrativa, de 30 de agosto de 2014, assinado pelo Diretor Presidente.

Sobre o tema de Suspensão tem-se uma **extensa** discussão que será tratada nesse tópico.

Apresenta-se os recursos e contra-razões.

A DIGICRON ANALITICA LTDA manifesta nos seguintes termos:

Além disso, ressaltamos, que no Edital pg. 03 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

ITEM - 4.4 - ESTARÃO IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DE QUALQUER FASE DO PROCESSO OS INTERESSADOS QUE SE ENQUADREM EM UMA OU MAIS DAS SITUAÇÕES A SEGUIR:

4.4.2. informa claramente que, as empresas que *Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta.

A empresa LineControl Comércio Importação e Exportação Ltda declarada habilitada para o certame encontra-se punida pelo SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL - SC. com *Suspensão Temporária* por 02 (dois anos) a contar de 30 de Agosto de 2014, conforme documentação anexa. Suspensão essa, prevista no inciso III do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

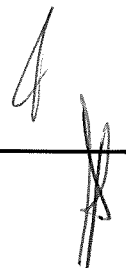
Ademais, vale salientar que está descrito no Edital que as empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária estarão impedidas de participar de qualquer fase do processo licitatório com a *Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta*.

E ainda salienta sobre os Princípios que regem as compras públicas e o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:

Artigo 03 – “A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. Pode-se dizer que o Edital é a Lei de Licitação e do contrato, pois o que estiver nele deve ser rigorosamente cumprido, observando as normas gerais e seus princípios, sob pena de nulidade, trata-se de aplicação do princípio da vinculação do instrumento convocatório, previsto no Artigo 03 da Lei federal 8666/93.

A HEXIS CIENTÍFICA S/A apresenta:

Ocorre que, durante a realização do pregão, encerrada a negociação de preços, este Ilustre Pregoeiro houve por bem declarar como vencedora para o fornecimento dos *lotes nº 01 e nº 02* a empresa Linecontrol Comércio Importação e Exportação Ltda., mesmo tendo esta sido punida com a penalidade de suspensão de contratar por 2 (dois) anos junto à Administração Pública por decisão administrativa proferida, na data de 30.08.2014, pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (decisão administrativa em anexo – **documento nº 01**).



Da leitura da mencionada decisão, depreende-se que a Recorrida realizou a entrega do equipamento adjudicado naquele certame em desconformidade com as especificações técnicas constantes do edital.

E mais. A manutenção da decisão vergastada configura, até mesmo, ofensa às disposições do instrumento convocatório deste certame. Sob este aspecto, dentre as condições gerais para a participação previstas em sua cláusula quarta, a subcláusula 4.4 regulamenta que:

4.4. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

[...]

4.4.2. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta. (destacou-se)

A Recorrida **LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO** confirma a suspensão proferida pela SAMAE de Jaraguá do Sul e se defende nos seguintes termos:

As Recorrentes embasam toda a sua tese no suposto fato de que a Recorrida estaria impedida/inabilitada de participar da licitação em questão, devido à decisão proferida em certame realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Jaraguá do Sul (Santa Catarina), em 2014, que acabou por suspendê-la temporariamente da possibilidade de contratação com a Administração.

Porém, ainda que de fato exista tal decisão, ela não possui efeito *erga omnes*, isto é, não atinge toda e qualquer licitação em qualquer Ente Federativo, como requerem as Recorrentes, posto se tratar de mera suspensão e não de declaração de inidoneidade.

[...]

Perceba que a decisão é clara ao afirmar que a suspensão e impedimento da Recorrida vale somente nas licitações referentes ao SAMAE de Jaraguá do Sul - SC, limitando-se apenas ao âmbito daquele órgão.

[...]

Na verdade, tentam os Recorrentes, com tais recursos, majorar a medida imposta pelo SAMAE de Jaraguá do Sul, passando de uma simples suspensão local para a produção de efeitos de declaração de inidoneidade, expandindo, assim, seus efeitos sancionatórios até a presente licitação, o que não se pode admitir.

De fato a SAMAE de Jaraguá do Sul entende (conforme ofício 301/2015/Samae/DIR, de 9 de julho de 2015, assinado pela Diretor Presidente e Responsável pelo Setor de Compras e Licitações da autarquia)

Entendemos que quando a Lei de Licitações menciona a Administração a mesma está se referindo ao "órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente", portanto a penalidade alcança somente o órgão responsável pela mesma.

Mas esse entendimento é particular da Autarquia de Jaraguá do Sul e não está pacificado.

Tal entendimento deriva, conforme apresentado pela recorrente, da definição apresentada pela geral de licitações:

O glossário previsto no artigo 6º da Lei de Licitações define e diferencia Administração e Administração Pública:

*Inciso XI - **Administração Pública** - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;*

*Inciso XII - **Administração** - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;*

A vertente jurídica defendida pela recorrida realmente existe, mas não é absoluta e não é a mesma vertente adotada pelo Edital da CASAN. O Edital da CASAN adotou uma vertente mais conservadora e preventiva da Administração Pública.

Vejamos o que delimita o Edital:

- 4.4. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 4.4.2. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta.

Tal vertente que entende que a Administração Pública é una, sendo, apenas, descentralizado o exercício de suas funções.

O Edital da CASAN preceitua justamente essa definição e converge com regra basilar do art. 37 (caput) da Constituição.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]"

A vertente jurídica mais conservadora e protetiva da Administração e a mesma adotada pelo Edital da CASAN é que a suspensão temporária de licitar e contratar prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 possui alcance subjetivo amplo, impedindo as empresas punidas de licitar e contratar com toda a Administração Pública brasileira, e não somente com o órgão sancionador.



Tal amplitude seria semelhante à da declaração de inidoneidade, envolvendo todos os órgãos da Administração. Segundo os que assim pensam, a diferença entre os efeitos das duas sanções estaria no prazo da punição, que, no caso da suspensão, teria o limite temporal de dois anos, conquanto na declaração de inidoneidade o prazo poderia perdurar sem limite definido. Na inidoneidade, ultrapassado o prazo mínimo de dois anos, a sanção duraria enquanto persistissem os motivos da punição ou até que fosse o particular reabilitado pela própria autoridade que aplicou a penalidade, mediante o ressarcimento da Administração pelos prejuízos causados.

O Superior Tribunal de Justiça tem abraçado essa tese. Em vários acórdãos, o Tribunal tem dado maior amplitude à penalidade suspensão, o que impediria a participação da empresa suspensa em qualquer outro certame feito pela Administração Pública. **Segundo o STJ, a Administração Pública é una, sendo, apenas, descentralizado o exercício de suas funções. Para o Tribunal, os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.**

Para outra corrente deve haver uma incidência mais amena dos efeitos da suspensão, o que gera uma diferença no âmbito de sua aplicação. Para os que assim pensam, enquanto a declaração de inidoneidade impediria a participação em certames realizados por toda a Administração Pública, na suspensão tal prejuízo apenas ocorreria em relação aos certames realizados pelo órgão sancionador.

Esse pensamento tem por base a análise sistemática do estatuto. É que a Lei n.º 8.666/93, quando trata da suspensão, faz alusão à Administração; já quando discorre sobre a declaração de inidoneidade faz alusão à Administração Pública. Tal diferença, que parece despropositada, ganha maior relevância quando se identifica que o próprio estatuto licitatório dá conceitos diferentes às duas expressões [art. 6.º, XI e XII].

Assim, o estatuto estaria estipulando que, no caso da suspensão, a penalidade deveria ter seus efeitos restritos ao órgão ou unidade administrativa que a aplicou. Tal entendimento permite que a empresa penalizada participe de certames realizados por outros órgãos, mesmo no prazo de dois anos.

O Tribunal de Contas da União, em determinados acórdão, abraça esse entendimento, de incidência mais amena. A **LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO se pauta nessa vertente para manter-se classificada/habilitada para o certame**, e apresenta os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 3243/2012-Plenário, TC-013.294/2011-3, redator Ministro Raimundo Carreiro, 28.11.2012.

"O Tribunal, então, ao aprovar, por maioria, a tese do segundo revisor, Min. Raimundo Carreiro, decidiu: "9.2. determinar à Prefeitura Municipal de Cambé/PR que nas contratações efetuadas com recursos federais observe que a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante".

Acórdão 842/2013-Plenário, TC 006.675/2013-1, relator Ministro Raimundo Carreiro, 10.4.2013.

O Tribunal, ao acolher a proposta do relator, decidiu: a) julgar improcedente a representação e revogar a cautelar anteriormente concedida; b) "recomendar à Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal que, em seus futuros editais de licitação, especifique que estão impedidas de participar da licitação as empresas que tenham sido sancionadas com base no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, somente pela própria Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal".

Conforme previamente destacado a extensão dos efeitos da sanção presente no inciso III do art. 87 do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos é tema bastante polêmico. Claramente a recorrida adota o entendimento mais ameno e distinto entra a penalidade de suspensão e declaração de idoneidade.



Contudo, o posicionamento que parece o mais adequado é que a suspensão se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.

O Superior Tribunal de Justiça em algumas oportunidades já atestou o despropósito da distinção entre Administração Pública e Administração constante dos incisos XI e XII do art. 6.º da Lei n.º 8.666/93. Desse modo, entendeu o referido Tribunal, que é o guardião maior da legislação infraconstitucional no sistema jurídico pátrio, pelo alcance amplo da suspensão temporária de licitar e contratar, irradiando os seus efeitos a todos os órgãos da Administração Pública.

Nesse sentido, podem ser citados os seguintes acórdãos:

ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. MANDADO DE SEGURANÇA. ENTES OU ÓRGÃOS DIVERSOS. EXTENSÃO DA PUNIÇÃO PARA TODA A ADMINISTRAÇÃO.

1. A punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que determinou a punição, mas a toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que empresa suspensa contratasse novamente durante o período de suspensão, tirando desta a eficácia necessária.

2. Recurso especial provido.

(REsp 174274/SP, relatado pelo Ministro Castro Meira, julgado pela 2.ª Turma em 19/10/2004, DJ de 22/11/2004)

ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.

- É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.

- A Administração Pública é una, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.

- A limitação dos efeitos da 'suspensão de participação de licitação' não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.

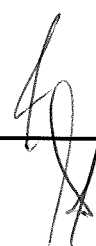
- Recurso especial não conhecido.

(REsp 151567/RJ, relatado pelo Ministro Francisco Peçanha Martins, julgado pela 2.ª Turma em 25/02/2003, DJ de 14/04/2003)

A doutrina também conta com importantes representantes da tese **que admite a ampla extensão dos efeitos subjetivos da sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.**

Manifesta-se o Professor José dos Santos Carvalho Filho:

[...] com efeito, nenhuma diferença existe entre Administração e Administração Pública. Além disso, se um contratado é punido por um ente federativo com a aplicação de uma daquelas sanções, a razão só pode ter sido a inexecução total ou parcial do contrato, isto é, inadimplemento contratual, como está afirmado na lei (art. 87). Desse modo, não nos parece fácil entender por que tal infração também não acarretaria riscos para as demais entidades federativas no caso de alguma delas vir a contratar com a empresa punida. Quer dizer: a empresa é punida, por exemplo, com a suspensão do direito de licitar perante uma entidade federativa, mas poderia licitar normalmente perante outra e, **como é óbvio, sujeita-la aos riscos de novo inadimplemento.** Para nós não há lógica em tal solução, porque a



Administração Pública é uma só, é una, é um todo, mesmo que, em razão de sua autonomia, cada pessoa federativa tenha sua própria estrutura.¹

Destarte, percebe-se que a tese que considera a produção de amplos efeitos subjetivos pelo inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 conta com valioso respaldo jurisprudencial e doutrinário e o mesmo adotado pelo Edital do Pregão em tela.

O próprio Tribunal de Contas da União não tem entendimento pacificado sobre o assunto:

19. De início, cumpre registrar que a extensão dos efeitos da penalidade aplicada com base no art. 87, III, da Lei de Licitações é questão ainda sem entendimento pacificado no âmbito desta Corte. Antes da prolação do Acórdão 2218/2011 - 1ª Câmara, proferido na sessão de 12/4/2011, estava sedimentada nesta Corte a tese de que a abrangência da aplicação da sanção de impedimento de contratar se restringia ao próprio órgão sancionador, não se aplicando a toda a Administração Pública.

20. No Acórdão acima, da Primeira Câmara, decidiu-se que o alcance da suspensão estende-se a toda a Administração direta e indireta. Ocorre que na sessão de 15/06/2011 pedi vista do TC 013.294/2011-3, que tratava de matéria análoga. Em 17/08/2011, apresentei Voto onde propus que a interpretação a ser dada ao referido dispositivo da Lei 8.666/93 deveria ficar circunscrita à esfera do ente federativo que proferiu a penalidade. De qualquer forma, a matéria ainda se encontra em aberto, ante o pedido de vista do Ministro Raimundo Carreiro.

21. Trata-se, portanto, de matéria ainda controversa no âmbito desta Corte. Por outro lado, no âmbito do Poder Judiciário, o assunto, ao que parece, se encontra pacificado. Como exemplo, cito, no que cabe, deliberação do Superior Tribunal de Justiça (REsp 151567/RJ, Rel Min. Francisco Peçanha Martins - 2ª Turma - 25/02/2003): (Acórdão 902/2012 – Plenário – TCU)

O Edital ainda “soluciona” a questão adotando a **ampla extensão dos efeitos subjetivos da sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93**

Novamente do Edital:

- 4.4. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 4.4.2. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta.

Ademais, a **LINECONTROL**, sabendo da sua penalidade e ciente que o Edital da CASAN restringe a participação de empresas suspensa em qualquer esfera da Administração deveria ter impugnado o mesmo. Agora que o mesmo tronou-se lei entra as partes tentar reverter o posicionamento adotado previamente a todos os Participantes.

Ante o exposto, entende-se que a aplicação da sanção denominada “suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos” prevista no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 determina o afastamento das empresas apenas das licitações e contratações promovidas por toda a Administração Pública brasileira.

Com base em preservar o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e Princípio da Segurança da Contratação entende-se pelo deferimento dos recurso impetrados pelas **recorrentes DIGICRON ANALITICA LTDA e HEXIS CIENTÍFICA S/A, portanto, revisão da condição de vencedora da LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

¹ Manual de Direito Administrativo, 18.ª edição, Lumen Juris, 2007, p. 199.





Qualquer outra interpretação e/ou posicionamento e aceitar a recorrida LINECONTROL de participar do Pregão em tela é um assombroso risco para a CASAN, aos usuários do Sistema e ao Interesse Público, ainda uma afronta direta ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e ao Princípio da Segurança da Contratação.

Como tema tratado no referido Parecer é de grande repercussão, recomendo, a autoridade superior, a sua divulgação aos órgãos jurídicos consultivos, para ciência. Ademais, o Edital foi devidamente vistado pela procuradoria jurídica da CASAN.

C) CONCLUSÃO DO PARECER

A Administração Pública deve primar pelo respeito aos princípios abarcados na Constituição Federal, dentre eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, acatando, portanto, a supremacia do interesse público e a isonomia entre os licitantes.

Em consonância com legislação vigente, doutrina, jurisprudência e Edital, pelos motivos apontados no parecer, recursos impetrados e documentos apresentados, propõe-se à Autoridade Superior

A reforma da declaração de vencedora da LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e a exclusão dela no Pregão em tela. Acatando assim as questões jurídicas dos recursos da DIGICRON ANALITICA LTDA e HEXIS CIENTÍFICA S/A.

Deferimento das questões jurídicas do recurso da DIGICRON ANALITICA LTDA.

Indeferimento das questões técnicas do recurso da DIGICRON ANALITICA LTDA.

Indeferimento total do recurso da DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA.

Deferimento do recurso para o Lote 5 da FLOPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

Indeferimento do recuso para o Lote 6 da FLOPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

Deferimento das questões jurídicas do recurso da HEXIS CIENTÍFICA S/A.

Indeferimento das questões técnicas do recurso da HEXIS CIENTÍFICA S/A.

Portanto:

LOTE 1 (Turbidímetro Microprocessado): Convocar a licitante subsequente em virtude da exclusão da LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA do certame;

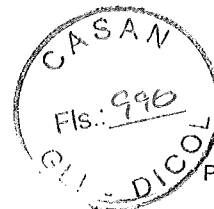
LOTE 2 (Fluorímetro Microprocessado): Convocar a licitante subsequente em virtude da exclusão da LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 3 (Phmetro Portátil): Declarar adjudicada a INDUSTRIA E COMERCIO ELETRO ELETRONICA GEHAKA LTDA;

LOTE 4 (Colorímetro - Cloro): Convocar a licitante subsequente em virtude da exclusão da LINECONTROL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;

LOTE 5 (Colorímetro - Cor): Anular o Lote em virtude de vício insanável. A FLOPTECH foi desclassificada indevidamente antes da fase de lances. Não sendo possível retornar a fase de disputa no sistema licitações-e deve-se relançar o objeto.


LOTE 6 (Jart Test): Declarar adjudicada a MILAN-EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA-EPP.

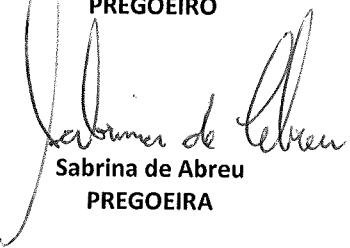


Importante destacar que o presente parecer não vincula a decisão superior acerca do recurso impetrado, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe à análise desta decisão.

É o parecer.

Florianópolis, 27 de agosto de 2015.

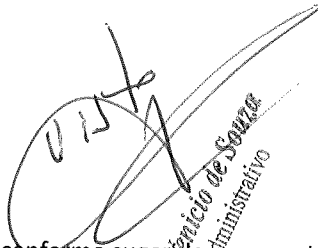

Adolfo Curotto Martins
PREGOEIRO


Sabrina de Abreu
PREGOEIRA

Acolho integralmente o parecer referente ao Pregão nº 056/2015. Determino conforme sugerido e proposto pelos Pregoeiros por seus lídimos fundamentos.

Proceda-se como proposto e dê-se publicidade a decisão.


Engº Válder José Gallina
Diretor Presidente


Arnaldo Venício de Souza
Diretor Administrativo